

RELATÓRIO

GESTÃO ESTRATÉGICA



2023

Resumo



PROGRAMA 1016

EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO

AÇÃO 2244

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Em meio às atuais restrições fiscais, é crucial assegurar uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e, simultaneamente, otimizar os resultados das políticas, programas e projetos. Para tanto, a Secretaria de Estado da Economia tem se dedicado cada vez mais à melhoria da eficiência e eficácia das políticas públicas por meio de iniciativas de avaliação e monitoramento. A implementação dessas medidas visa garantir que as intervenções sejam embasadas em evidências sólidas e confiáveis, aprimorando assim o processo de formulação de políticas. Com o intuito de viabilizar a avaliação das políticas públicas, no ano de 2023 foram realizadas as seguintes ações:

➤ **Formulário do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás)**

O formulário objetiva sistematizar o processo de criação de políticas públicas do escopo de atuação do fundo Protege Goiás: combate à fome, erradicação da pobreza e acesso a níveis dignos de subsistência. O documento relaciona, dentre outros requisitos, os resultados esperados da política medidos através de indicadores, o alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) e a observância das regras fiscais vigentes.

➤ **Relatório de Avaliação da Educação**

O relatório comparou os diagnósticos de indicadores do eixo Goiás da Educação Plena dos PPAs: 2020-23 e 2024-27 para subsidiar a avaliação da realidade socioeconômica de Goiás. O relatório aborda os seguintes tópicos: população frequentando creche e educação infantil, evasão escolar, escolaridade, analfabetismo, qualidade do ensino e corpo docente.

Código da Ação	Nome da Ação	Produto/unidade	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Eficácia Física por Produto c=b/a
2244	Monitoramento e avaliação de políticas públicas	16795 - insumo para avaliação e monitoramento de políticas públicas implantado - porcentagem	50,00	55,00	110,00%
		16805 - insumo para avaliação e monitoramento da gestão fiscal implantado - unidade	3,00	2,00	66,67%

PROGRAMA 1016
EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO

AÇÃO 2309
MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DE UNIDADES DA SECRETARIA DA ECONOMIA

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Em 2023, com o intuito de proporcionar um ambiente mais adequado e eficiente para o atendimento ao público e realização das atividades de fiscalização da Secretaria de Estado da Economia, foram realizadas as seguintes intervenções na estrutura física no ano de 2023:

- Instalação de cobertura no estacionamento privativo e na passarela localizada entre os blocos A e F, no Complexo da Economia, com o objetivo de propiciar um ambiente de circulação adequado para os servidores, oferecendo proteção dos veículos e pessoas contra a chuva e o sol e proteção de documentos físicos que são movimentados diariamente entre os departamentos;
- Instalação de uma lanchonete no Complexo da Economia para melhorar a estrutura da sede e melhor atender os visitantes e proporcionar bem estar aos servidores;
- Implementação de um sistema de geração de energia solar, que torna o ambiente mais sustentável e ecologicamente correto;

- Fornecimento de mobiliários para a recepção e galeria de secretários, visando oferecer um ambiente mais adequado e confortável para todos os servidores.
- Projeto em andamento para promover a acessibilidade e modernização das instalações, tornando-as mais adequadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Substituição da cobertura dos blocos A e B, que estava bastante danificada e apresentava riscos para a segurança de todos que circulavam pelo local, além de causar infiltrações nas salas destes blocos;
- Instalação de SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas), que visa garantir a segurança de todos os usuários do complexo;
- O Centro de Convivência está passando por uma adaptação e reparo, com o objetivo de torná-lo mais agradável e confortável para os frequentadores;
- Auditório está sendo submetido a um processo de modernização, garantindo que o espaço continue sendo um local adequado para eventos e apresentações;
- Fornecimento e instalação de novos aparelhos de ar condicionado, visando oferecer um ambiente mais adequado e confortável para todos os servidores;
- Atualmente, algumas obras estão em andamento no Estado de Goiás, com o intuito de modernizar e aprimorar nossas instalações fiscais. Entre elas, merecem destaque a reforma da DRF de Porangatu e do Posto Fiscal JK – Itumbiara.

Código da Ação	Nome da Ação	Produto/unidade	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Eficácia Física por Produto c=b/a
2309	Modernização e Aparelhamento de Unidade da Secretaria da Economia	16787 – Unidade da Secretaria da Economia Modernizada e Aparelhada – Unidade	13,00	8,00	61,54%

PROGRAMA 1016

EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO

AÇÃO 3024

APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Em 2023, o Estado de Goiás, por meio da iniciativa "Aprimoramento da Administração Contábil, Orçamentária e Financeira", conquistou o 1º lugar no ranking de qualidade da informação contábil e fiscal do SICONFI, com 99,46% de atendimento às verificações. Outro avanço considerável se deu em virtude da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o qual resultou em refinanciamento de dívidas, redução da dívida líquida e alívio de quase R\$ 9 bilhões no fluxo de caixa. O ano de 2023 representou um marco significativo para Goiás, consolidando avanços expressivos na gestão pública. Segue os principais destaques dessa ação:

➤ Qualidade da Informação Contábil e Fiscal

O Estado de Goiás alcançou em 2023 (dados base de 2022), o 1º lugar no ranking de qualidade da informação contábil e fiscal do SICONFI, entre os Estados, avaliado pela STN, mantendo a Nota A, com o percentual de 99,46% de atendimento das verificações. Goiás apresentou uma grande evolução em sua qualidade da informação desde 2019, que obteve a 19ª posição (85,4%, Nota B). Em 2020, 7º colocado (92,9%, Nota B) e 2021, 5º colocado (96,4%, Nota A). O Ranking Estadual compara o desempenho dos estados e do Distrito Federal. No gráfico abaixo, verifica-se um resumo do desempenho de cada um dos estados com o percentual de acertos em cada uma das dimensões, além do Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF). (https://rankingmunicipios.tesouro.gov.br/ranking_estados).



➤ Regime de Recuperação Fiscal – RRF

A adesão ao RRF permitiu o refinanciamento de dívidas com excelentes condições (30 anos com IPCA+4%), a suspensão do pagamento da dívida e a imposição de teto de gastos estadual, o que baliza os gestores de todas as pastas. Além disso, houve a renegociação da Lei Complementar Federal nº 156, que evitou o pagamento de mais de R\$ 1 bilhão de multa devido ao descumprimento do teto de gastos em 2018. Como consequência do RRF, o estado voltou a ter capacidade de crescimento, via investimentos em capital físico e humano. Cabe ressaltar que mesmo com dívidas suspensas, a dívida líquida de Goiás foi reduzida em 47% desde 2020, alcançando o menor patamar nos últimos 20 anos. Não menos relevante, o ano de 2023 representou o segundo ano de vigência do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás e também celebrou mais um ano em que o estado não incorreu em nenhuma inadimplência em relação aos compromissos e exigências do Regime, o que denota o inequívoco compromisso do estado com a sustentabilidade de suas finanças. Adicionalmente, o estado de Goiás deverá encerrar o ano de 2023 sem incorrer em nenhuma inadimplência em relação ao seu Programa de Recuperação Fiscal, o que corrobora o empenho e comprometimento da gestão do Estado com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) vigente.

➤ Dívida

Liquidação antecipada do contrato da dívida externa (DMLP); o ingresso no RRF permitiu a reestruturação da dívida em dólar do Banco do Brasil com o Banco Mundial e outras gestões da dívida consolidada. Com isso, os ganhos somados de todas estas ações geraram um alívio de quase R\$ 9 bilhões no fluxo de caixa do Estado ao final de 2023 e irá superar R\$ 13 bilhões até o fim do RRF, em 2030. Em 2022, Goiás subiu no rating de risco da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia, alcançando nota B na classificação da Capacidade de Pagamento (Capag) pela primeira vez na história do Estado. Além da histórica conquista da Capag B, Goiás subiu três posições em termos de competitividade, sendo atualmente um dos 10 estados mais competitivos do Brasil (nona posição). Também avançou 14 posições no ranking da STN de transparência, qualidade e consistência dos dados contábeis e fiscais, gozando hoje de nota A e estando entre os cinco melhores estados brasileiros.

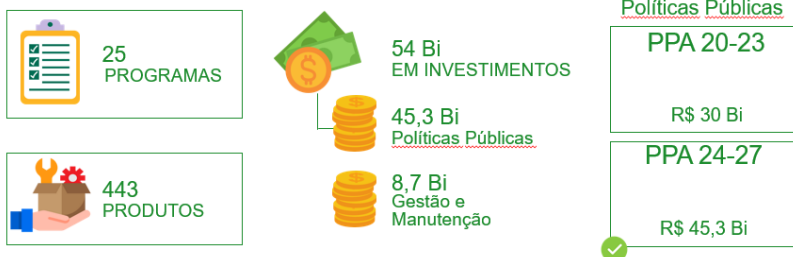


➤ **Elaboração do Plano Plurianual – PPA 2024 – 2027**

O novo PPA, elaborado em 2023, adota uma metodologia de vanguarda que promove um aumento na integração entre finanças, orçamento e planejamento de políticas públicas, através da equivalência unitária entre produto do PPA e ação orçamentária. Significa dizer que para cada produto do PPA deverá existir apenas 1 ação orçamentária (1 produto - 1 ação). Esta mudança permite que o monitoramento da execução e das metas físico-financeiras reflitam com muito mais fidelidade o uso de recursos públicos(orçamento), sendo um dos poucos Plano Plurianuais do País que contém este nível de detalhamento e controle.

Além disso, é notório o aumento da previsão de investimentos do Governo para os próximos 4 anos. Isto se observa quando se compara o PPA 2020-2023 que previu cerca de R\$30,8bi em investimentos e o PPA 2024-2027, com R\$45,3bi de investimentos, o que reforça os bons números da economia Goiana e a previsão de mais crescimento ainda.

GRANDES NÚMEROS PPA 2024-2027



➤ **Integração entre PPA, LOA e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**

O processo de construção do PPA 2024-2027 levou em conta a necessidade de integração entre as diretrizes e metas de investimentos do Governo Estadual e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Através da colaboração entre Secti e ECONOMIA, as pastas tiveram seu planejamento para os próximos 4 anos integrados às metas e sub metas dos ODS da Organização das Nações Unidas. Isso funciona como uma ferramenta de planejamento de governo voltado ao desenvolvimento humano e econômico com sustentabilidade e respeito ao meio ambiente e as pessoas.

Código da Ação	Nome da Ação	Produto/unidade	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Eficácia Física por Produto $c=b/a$
3024	Aprimoramento da Administração Contábil, Orçamentária e Financeira	10999 – Nova plataforma de gestão do tesouro estadual implantada	100	0,00	0,00%
		11021 – Nova sistemática de gestão do planejamento e da execução orçamentária e financeira implementada - percentual	100	0,00	0,00%

PROGRAMA 1016

EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO

AÇÃO 3025

TRANSFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Em 2023, o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria da Economia, implementou o ProGoiás, um programa de benefícios fiscais para o setor industrial, que substituiu os antigos Produzir e Fomentar. O ProGoiás se destaca por suas regras simples, impessoais e desburocratizadas. Adicionalmente, foi introduzido o ProGoiás Rural, focado em produtos in natura, visando aprimorar a competitividade dos produtores. O investimento na área tecnológica propiciou a integração bem-sucedida da Guia de Transporte Animal (GTA) com a Nota Fiscal Eletrônica (NFe), atendendo a uma demanda de mais de duas décadas dos produtores de gado, o que tem beneficiado atualmente mais de 65 mil produtores goianos. Também foram introduzidas outras práticas como a emissão fácil de nota fiscal para reduzir a burocracia para os produtores, o parcelamento do IPVA para proprietários de veículos e a implementação de antenas com inteligência artificial para aprimorar a malha, combater a criminalidade e a concorrência desleal.

➤ Integração à Redesim

Esta integração resultou na simplificação da criação de empresas em Goiás em colaboração com órgãos federais e municipais. Essa medida resultou em geração de empregos, aumento de renda e arrecadação.

➤ **Criação da Central de Operações Estaduais (COE)**

Visa combater a sonegação fiscal e a concorrência desleal, utilizando um sistema que cruza dados recebidos de antenas de comunicação em todo o estado. A administração testemunhou avanços notáveis na fiscalização de trânsito, destacando o projeto Infotransito e a instalação de câmeras, resultando em um aumento de mais de 43 milhões de ICMS auçado em comparação com 2022.

➤ **ITCD - simplificação do processo de declaração e arrecadação**

Em meio a desafios impostos pelas Leis Complementares 192/22 e 194/22, registramos um acréscimo de 0,25% na receita dos impostos estaduais, totalizando mais de 60 milhões de reais nos primeiros dez meses de 2023 em comparação com o ano anterior.

➤ **Modernização da Autorregularização**

Oferece aos contribuintes de ICMS a oportunidade de resolver suas pendências fiscais online e de forma espontânea.

➤ **Normatização da restituição do ICMS-ST e a concessão de desconto no IPVA para pagamento à vista.**

O aplicativo nacional da Nota Fiscal Fácil (NFF), desenvolvido por Goiás, já beneficia quase 1,5 mil produtores rurais de 12 estados e do Distrito Federal, com mais de 100 mil documentos emitidos.

➤ **Programa Nota Fiscal Goiana**

Registramos um aumento de mais de 1 milhão e 900 mil notas fiscais este ano, evidenciando a contribuição do programa da Nota Fiscal Goiana para esse crescimento.

➤ **Recuperação de crédito tributário**

A Secretaria de Estado da Economia recuperou cerca de R\$ 1,5 bilhão de créditos tributários em 2023, um aumento de 46% em relação a 2022, totalizando um acréscimo absoluto de R\$ 476.692.769,18.

A Operação Safrinha em Goiás abordou 16 mil veículos, auçando 600 contribuintes com irregularidades. A apreensão de quase 9 mil toneladas de milho e 1.300 toneladas de soja resultou em um crédito tributário de R\$ 5 milhões. As investigações do FISCO, especialmente aquelas conduzidas pela Gerência de Inteligência Fiscal, resultaram em 21 operações conjuntas com a Secretaria da Economia, DOT e Batalhão Fazendário, cumprindo mais de 60 mandados de busca e apreensão e recuperando mais de 193 milhões em valores.

Código da Ação	Nome da Ação	Produto/unidade	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Eficácia Física por Produto c=b/a
3025	Transformação da Administração Tributária	11020 – Novo Modelo de Gestão da fiscalização de mercadorias em trânsito implantado – percentual	100,00	0,00	0,00%
		11262 – Novo Modelo de Gestão de processo administrativo tributário implantado – percentual	100,00	0,00	0,00%
		11705 – Novo Modelo de Gestão da Receita Estadual Implantado – percentual	100,00	0,00	0,00%
		11711 – Novo Modelo de Gestão das Auditorias implantado – percentual	100,00	0,00	0,00%
		16789 – Processo Administrativo Tributário Eletrônico Implantado – percentual	100,00	0,00	0,00%
		16790 – Modelo de Gestão da fiscalização e auditorias transformado – percentual	100,00	75,00	75,00%
		16791 – Acréscimo de crédito recuperado (comparado à recuperação do exercício anterior) – percentual	20,00	46,00	200,00%
		16792 – Política Tributária Modernizada – percentual	100,00	97,00	97,00%
		16804 – Fiscalização de mercadorias em trânsito modernizada - percentual	100,00	83,00	83,00%

PROGRAMA 1016

EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO

AÇÃO 3136

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA COM USO DE SOLUÇÕES DE TIC

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Em 2023, a Secretaria da Economia empreendeu esforços significativos na modernização de sua administração por meio da implementação e manutenção de Soluções de Tecnologia da Informação - TIC. O objetivo da iniciativa é aprimorar e desenvolver as ferramentas digitais que sustentam os processos finalísticos da Secretaria da Economia. Segue abaixo algumas das realizações notáveis na área de Soluções de TIC:

➤ **Rehosting do ambiente Mainframe para o ambiente Linux**

A modernização do parque tecnológico na Economia incluiu a migração dos sistemas do Mainframe para a plataforma x86 no Data Center Corporativo, realizada pela STI em parceria com a SEDI. O projeto, iniciado em fevereiro de 2022 e concluído entre 17 e 21 de fevereiro de 2023, resultou em um novo ambiente (Rehost) com melhor desempenho, redundância de dados e alta disponibilidade de serviços.

➤ **Migração do Ambiente da Aplicação – Nota Fiscal Eletrônica (NFe)**

Os servidores responsáveis pela Nota Fiscal Eletrônica Autorização (NFE-AUTORIZAÇÃO), anteriormente na rede da SGG sob a gestão da SEDI, foram migrados para a rede da Secretaria da Economia, gerida pela STI. Essa mudança visou uma administração mais eficiente, com toda a infraestrutura controlada pela equipe da Economia. Durante a migração, identificaram-se melhorias, implementadas nos ambientes de Homologação antes de serem aplicadas na Produção. A atualização resultou em dobro de capacidade, modernização da estrutura, redução do tempo de indisponibilidade e melhoria na performance, incluindo um sistema de auto start em caso de falhas não programadas e a adição de novos servidores para aumentar a capacidade de atendimento.

➤ **Implementação de política que norteia a periodicidade de atualização de ativos de TIC**

Em resposta às ameaças cibernéticas em constante evolução, apresentamos uma proposta abrangente para promover uma cultura

organizacional que garanta a constante atualização dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Essa iniciativa visa resguardar nossos ativos digitais contra ameaças virtuais, aproveitando as atualizações de segurança dos fabricantes, que incluem correções de vulnerabilidades, melhorias de desempenho e recursos atualizados.

➤ **B-Cadastros**

Projeto para implementação da plataforma de compartilhamento de dados, b-Cadastros (Cadastro Compartilhado da Receita Federal), com o uso de tecnologia blockchain, para acesso as informações de CPF e CNPJ.

➤ **Criação da base do Melhor Compra Medicamentos**

Implementação de extrações de dados de notas fiscais de medicamentos e criação de melhores preços dos mesmos, com histórico por farmácia. A proposta pretende disponibilizar ao cidadão a consulta dos melhores preços de cada medicamento. O projeto "Melhor Compra - Medicamentos", da Secretaria da Economia, foi o grande premiado na categoria Inovação em Serviços Públicos no Concurso Boas Práticas 2023, lançado pela Secretaria de Estado da Administração (Sead).

➤ **Avaliação da Central de Atendimento**

Implementação de pesquisa de satisfação da Central de Atendimento, via sistema Call Center, com implementação de dados via SharePoint e Power BI, para atendimento de metas da gestão de riscos do programa de Compliance Público.

➤ **GNRE – Melhorias nos Módulos de Correção e Restituição**

Melhorias na geração da Barras de GNRE com a atualização do campo data Juliana a fim de evitar problemas do sequencial do documento. Alteração da forma de tratamento das alíneas do Fundo de Pobreza. Melhoria na regra do cálculo da data de pagamento para emissão de documentos com vencimentos apenas em dias úteis.

GRE – Regime Optativo da Substituição Tributária – ROST

ROST consiste na dispensa de pagamento do imposto correspondente à complementação do ICMS retido por substituição tributária, com isso foi disponibilizado no GRE a opção do contribuinte de adesão ou desistência do ROST.

➤ **SAFI – Melhoria na auditoria SUFRAMA**

Opção de processamento individualizado de auditoria SUFRAMA. Foi disponibilizada no SAFI, Sistema de Auditoria Fiscal Informatizada, a opção de fazer processamento de notas internadas e não internadas para as empresas relacionadas à Zona Franca de Manaus.

➤ **NFA – Dispensa de GTA para venda futura de gado bovino**

Adicionar na dispensa de GTA os CFOPs 5922 e 6922. Tal medida visa possibilitar emissão de NF de simples faturamento de venda para entrega futura de gado, conforme Art 31 do Anexo XII RCTE / GO.

➤ **NFA – FUNDEINFRA**

Implementação da cobrança do FUNDEINFRA nas emissões de NFA com operações de exportação.

➤ **NFA – Consulta arquivo XML para contribuintes Pessoa Física**

Possibilidade do contribuinte Pessoa Física consultar os arquivos XML de notas fiscais emitidas no portal de documentos fiscais do site da Economia.

➤ **Melhorias na consulta de arquivos XML de NF-e no Portal do Contabilista**

Implementada a opção de consulta de notas fiscais de saída pelo Portal do Contabilista

➤ **Nota Técnica 2023.00**

Viabiliza a emissão de NFC-e (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica) por Produtor Rural Pessoa Física e elimina a denegação e o lote na NFC-e.

➤ **NFI – Portal Único de Consultas de Documentos Fiscais Eletrônicos**

Unificação das consultas de todos os documentos fiscais uma única tela e disponibilização de consultas de documentos que ainda não existiam, como MDF-e (Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais), BP-e (Bilhete de Passagem Eletrônico), NF3-e (Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica).

➤ **NFG – Novo módulo de e-mail**

O sistema passou a contar com a gestão própria dos emails dos participantes, gerando maior autonomia e possibilitando que o cidadão escolha qual e-mail deseja utilizar para receber as comunicações referentes ao programa.

➤ **NFG – Remodelagem completa da parte visual do programa**

A parte visual do sistema foi completamente modificada, se adequando ao novo modelo fornecido pela equipe de comunicação. Essa adequação abrangeu telas e relatórios aos quais os contribuintes possuem acesso.

➤ **NFG – Consulta de CPF premiado**

Foi criada uma nova tela, onde qualquer pessoa pode informar um CPF e verificar se o CPF informado conta com algum prêmio pendente de

resgate e qual a data limite para realizar a solicitação.

➤ **COB – Inclusão de Pessoa Física no fluxo de EFD x SARE**

Inclusão de Pessoas Físicas no fluxo do módulo EFD x SARE, que, anteriormente, contava apenas com Pessoas Jurídicas. Com isso, as pessoas físicas também passaram a fazer parte do ciclo de cobrança e serem acionadas pelo Call Center.

➤ **Portal DIFAL**

Portal de emissão de documento de arrecadação de contribuintes não inscrito. O contribuinte situado em outra unidade da federação com o certificado digital da empresa poderá acessar suas notas fiscais emitidas para não contribuintes do ICMS estabelecidos em Goiás, e emitir o documento para pagamento do imposto ICMS DIFAL e FCP.

➤ **Tema 1062**

Com o Tema 1062 os estados-membros e o Distrito Federal podem legislar sobre índices de correção monetária e taxas de juros de mora incidentes sobre seus créditos fiscais, limitando-se, porém, aos percentuais estabelecidos pela União para os mesmos fins. Nesse projeto, foi implementado o tema 1062 no sistema de cálculo de débitos.

➤ **Parcelamento do ITCD Doação**

Implementação da Lei que permite o parcelamento do pagamento do ITCD Doação.

➤ **FIS/InfoTrânsito**

O sistema FIS foi projetado para apoiar no combate e identificação da sonegação de ICMS, que é uma das principais fontes de receita do Estado de Goiás, através da comparação entre a circulação dos veículos e a emissão dos documentos fiscais.

➤ **Autorregularização**

É um importante instrumento disponibilizado ao contribuinte para que ele possa corrigir, de forma simples, ágil e sem burocracia, as irregularidades detectadas em malhas fiscais realizadas pela Superintendência de Controle e Fiscalização. A regularização espontânea tem a vantagem de evitar a ação fiscal e suas penalidades.

➤ **Prova de Vida (envio de comunicado)**

O Envio de Comunicado visa melhorar a comunicação da Secretaria da Economia com os beneficiários do programa Prova de Vida, que é responsável pelo controle das pensões e aposentadorias através da atualização dos dados cadastrais dos beneficiários.

➤ **PDP – Plataforma Digital de Processos (oferta dinâmica de**

serviços)

A Plataforma Digital de Processos (PDP) é uma ferramenta criada para que o contribuinte tenha acesso, pela internet, a serviços prestados pela Secretaria da Economia de Goiás. As solicitações são totalmente on-line.

Código da Ação	Nome da Ação	Produto/unidade	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Eficácia Física por Produto $c=b/a$
3136	Aprimoramento da Administração Contábil, Orçamentária e Financeira	16788 – Solução de TIC implantada no Tesouro Estadual - Unidade	7,00	6,00	85,71%
		16789 – Processo Administrativo Tributário Eletrônico implantado – percentual	100,00	99,00	99,00%
		16806 – Solução de TIC implantada na Receita Estadual – Unidade	33,00	17,00	51,52%

PLANO ESTRATÉGICO

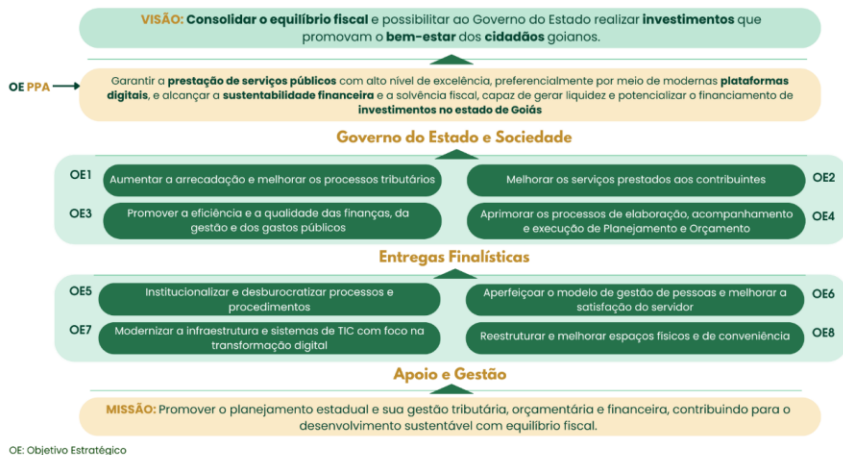
Em março de 2023, partindo das bases lançadas pela programação estratégica do governo estadual, pelo estabelecimento de Metas 2023 da Secretaria da Economia, pela elaboração do novo PPA e, também, por planos estratégicos anteriores da Secretaria, a equipe da Gerência de Planejamento Institucional em conjunto com as Unidades Administrativas da Pasta, deu início à construção do Novo Plano Estratégico da Economia.

A fase de diagnósticos foi estruturada por ciclos setoriais de análise, do qual participaram 14 unidades básicas da Economia. Cada ciclo contou com entrevistas aos dirigentes, aplicação de questionários aos gerentes e a alguns coordenadores e a estruturação de Matrizes SWOT, através de oficinas presenciais com as equipes subordinadas às unidades básicas.

Partindo das análises setoriais e tendo como fundamento as bases enumeradas anteriormente, consolidou-se a atualização da Identidade Institucional da Economia e dos novos Mapas Estratégicos Setoriais, posteriormente integrados ao Mapa Estratégico Geral da Secretaria, também reformulado.

Cada Mapa expressa por meio de objetivos encadeados a direção estratégica a ser seguida pela Secretaria até o ano de 2025. Cada objetivo tem um ou mais indicadores, com metas estabelecidas e pactuadas.

MAPA ESTRATÉGICO - ECONOMIA



OE: Objetivo Estratégico

O portfólio de projetos da Pasta, com efeito, segue orientado pelos novos objetivos estratégicos. Importante registrar e reforçar que o sucesso no alcance de resultados está diretamente ligado ao empenho de cada unidade e ao interesse da Pasta em promover governança e monitoramento periódicos do Plano.

Reitera-se que o Plano Estratégico se encontra alinhado ao Plano Plurianual (PPA) e às diretrizes governamentais definidas no Plano de Governo eleito em 2022.

➤ **Propósito**

As declarações de missão, visão e valores traduzem o propósito da organização, aonde ela almeja estar dentro de um determinado horizonte e quais as condições necessárias a serem respeitadas na condução de suas atividades para atingir esse fim. Os objetivos estratégicos a serem alcançados apresentam as mudanças propostas em várias dimensões da organização, para que esta corrija os rumos e aumente sua geração de valor, de forma a cumprir sua missão e atingir sua visão, dentro dos valores previamente estabelecidos.

➤ **Missão**

Promover o planejamento estadual e sua gestão tributária, orçamentária e financeira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável com equilíbrio fiscal.

➤ **Visão**

Consolidar o equilíbrio fiscal e possibilitar ao Governo do Estado realizar investimentos que promovam o bem-estar dos cidadãos goianos.

➤ **Valores**



➤ Lista de Indicadores por Objetivo Estratégico da Secretaria

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DESAFIOS	INDICADORES
1. Aumentar a arrecadação e melhorar os processos tributários	1.1. Aumentar a recuperação de valores do ICMS por desconformidade tributária	1.1.1. Acréscimo de arrecadação ICMS
	1.2. Aumentar a arrecadação do ITCD	1.2.1. Acréscimo de arrecadação ITCD
	1.3. Aumentar a arrecadação do IPVA	1.3.1. Acréscimo de arrecadação IPVA
	1.4. Produzir informação, conhecimento e inteligência em tributação estadual	1.4.1. Publicação do Boletim de Receitas
	1.5. Aumentar a recuperação de crédito	1.5.1. Crédito recuperado (não inscrito) sem anistia
		1.5.2. Crédito recuperado (não inscrito, sem contenciosidade ou com crédito definitivamente constituído) sem anistia
		1.5.3. Crédito recuperado (inscrito) sem anistia, não ajuizado
		1.5.4. Índice de digitalização dos PATs da Dívida Ativa
2. Melhorar os serviços prestados aos contribuintes	2.1 - Melhorar a comunicação com o contribuinte	2.1.1. Seguidores nas Redes
		2.1.2. Contas alcançadas nas Redes
	2.2. Melhorar o atendimento ao contribuinte	2.2.1. Tempo médio do processo de concessão de benefício fiscal
		2.2.2. Estoque de processos de concessão
		2.2.3. Estoque de processos para julgamento
		2.2.4. Prazo médio para julgamento (contencioso) - dias
		2.2.5. Prazo médio para julgamento (não-contencioso)
3. Promover a eficiência e a qualidade das finanças, da gestão e do gasto públicos	3.1 - Melhorar a qualidade da informação contábil e fiscal da Administração Estadual	3.1.1. Ranking STN (posição)
		3.1.2. Ranking STN (nota)
	3.2 - Implantar a gestão de custos e melhorar o desempenho corporativo da contabilidade pública estadual	3.2.1. Órgãos e entidades com sistemática de gestão de custos
	3.3 - Aprimorar a coordenação e integração entre as áreas da Subsecretaria do Tesouro, visando otimizar processos, promover a eficiência operacional e garantir a	3.3.1. Índice de precisão das projeções produzidas pelas equipes técnicas
		3.3.2. Número de servidores vinculados à Subsecretaria Central do Tesouro Estadual capacitados na

	qualidade das informações financeiras e gerenciais.	área de finanças
	3.4 - Melhorar o desempenho corporativo da gestão financeira e do fluxo de caixa na Administração	3.4.1. Prazo médio entre o fechamento da CMDF e a liberação do recurso (dias)
		3.4.2. Prazo médio entre liberação de CMDF e o efetivo pagamento (dias)
4. Aprimorar os processos de elaboração, acompanhamento e execução de Planejamento e Orçamento	4.1- Integrar e aperfeiçoar a estratégia estadual, com vistas ao desenvolvimento econômico e sustentável do estado	4.1.1. Revisão do PPA anual realizada
		4.1.2. Índice de órgãos e entidades com planejamento estratégico alinhado ao PPA
	4.2 - Melhorar o desempenho corporativo (setorial) do planejamento público estadual	4.2.1. Índice de satisfação do usuário da Rede de Planejamento
		4.2.2. Índice de previsibilidade do PPA
		4.2.3. Órgãos e entidades com servidores certificados SIPOFE
	4.3 - Aumentar a maturidade da gestão orçamentária geral do Estado	4.3.1. Sucesso do planejamento orçamentário - posição (pilar Solidez Fiscal CLP)
		4.3.2. Sucesso do planejamento orçamentário - nota (pilar Solidez Fiscal CLP)
	4.4 - Diminuir o volume dos créditos adicionais dos exercícios	4.4.1. Volume de créditos adicionais
		4.4.2. Volume de Ações Alteradas no Orçamento
5. Institucionalizar e desburocratizar processos e procedimentos	5.1 - Melhorar/otimizar processos da Secretaria	5.1.1. Unidades básicas com pelo menos um processo mapeado/publicado
		5.1.2. Itens da Cadeia de Valor com pelo menos um processo mapeado/publicado
	5.2 - Consolidar a política de gestão de riscos no âmbito da Secretaria de Estado da Economia	5.2.1. Grau de maturidade em gestão de riscos
		5.2.2. Abrangência da Gestão de Risco
6. Aprimorar o modelo de gestão de pessoas e melhorar a satisfação do servidor	6.1. Estruturar o CECAPE	6.1.1. Percentual de servidores capacitados
	6.2. Melhorar a satisfação do servidor	6.2.1. Índice médio de satisfação (Pesquisa de Clima)
	6.3. Estruturar Gestão por Competências	6.3.1. Unidades com Gestão por Competências aplicada
7. Modernizar a infraestrutura e sistemas de TIC com foco na transformação digital	7.1. Avançar e melhorar processos de implantação e evolução de soluções de TIC para a Secretaria	7.1.1. Quantidade de sistemas retirados do ambiente Natural/DABAS
		7.1.2. Solução de cobrança implantada
		7.1.3. Malhas parametrizáveis no AutoReg implantada

	7.2. Aumentar a disponibilidade de todos os serviços para público interno e externo	7.2.1. Disponibilidade de serviços
	7.3. Melhorar equipamentos tecnológicos, de telefonia e de conectividade das unidades do interior	7.3.1. Unidades com tecnologia melhorada
8. Reestruturar e melhorar espaços físicos e de convivência	8.1. Readequar e aparelhar unidades da secretaria	8.1.1. Delegacias e Postos Fiscais Readequados/ou Aparelhados
		8.1.2. Readequação do Complexo Fazendário e Unidades Vinculadas
		8.1.3. Comandos Volantes construído

* Observação: Considerando que a reestruturação do Plano Estratégico ocorreu no ano de 2023, ainda não foram mensurados os resultados dos indicadores dos objetivos estratégicos.